

**CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - UASG: 926614
(PROCESSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 08/2026)**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (Art. 18, § 1º, I, Lei 14.133/2021)

A necessidade que originou esta demanda decorre do vencimento do certificado digital anteriormente utilizado, sendo indispensável a sua renovação para garantir a continuidade das atividades institucionais.

O certificado digital é requisito essencial para o acesso e a operacionalização do site de compras governamentais, bem como para a atuação regular da Comissão Permanente de Contratação. Trata-se de ferramenta fundamental para a identificação segura do usuário, possibilitando a assinatura digital de documentos, o envio de informações e a realização de procedimentos eletrônicos no âmbito das licitações públicas.

Essa demanda está diretamente relacionada ao interesse público, pois assegura a continuidade, a legalidade e a transparência dos processos licitatórios, além de atender aos requisitos normativos para o funcionamento dos sistemas eletrônicos governamentais. A utilização do certificado digital contribui para a integridade, a autenticidade e a segurança das operações realizadas, promovendo maior eficiência, confiabilidade e regularidade às atividades desempenhadas no âmbito da administração pública.

Relação com o interesse público

Esta necessidade está diretamente relacionada ao interesse público, pois permite que atos institucionais realizados em sistemas eletrônicos sejam legalmente reconhecidos e protegidos contra fraudes e acessos indevidos. A utilização de certificado digital e-CPF proporciona maior eficiência, segurança jurídica e transparência nas operações internas e externas, incluindo o trâmite de documentos, assinaturas eletrônicas e acesso a serviços digitais oficiais. Além disso, contribui para a modernização administrativa e o atendimento às exigências legais que regulam a validade e confiabilidade das interações digitais.

Necessidades identificadas

- Garantir a identificação eletrônica segura de pessoas físicas vinculadas à instituição.
- Viabilizar a assinatura de documentos eletrônicos com validade jurídica e autenticidade comprovada.
- Assegurar o acesso a sistemas e serviços digitais institucionais de forma protegida e controlada.
- Cumprir requisitos legais e normativos relativos à segurança da informação e à transformação digital.

Item relacionado à necessidade

Item	Quant.	Descrição	CATMAT	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	6	Certificado digital e-CPF A3 em mídia criptográfica (token), padrão ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos	27189	R\$ 149,96	R\$ 899,76
2	1	Certificado digital e-CNPJ A3 em mídia criptográfica (token), padrão ICP-Brasil, com validade de 3 (três) anos	27162	R\$ 149,63	R\$ 149,63
Valor total					R\$ 1.049,39

Demandas geradas a partir das necessidades

- Obtenção de certificado digital e-CPF A3 com validade de três anos para possibilitar o cumprimento das rotinas institucionais de identificação, acesso e assinatura digital em sistemas e serviços eletrônicos oficiais.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (Art. 18, § 1º, II, Lei 14.133/2021)

A demanda foi devidamente registrada sob o DFD nº 53/2025, evidenciando o planejamento e a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA). A seguir, apresentamos um resumo das informações relevantes:

Número do DFD	Descrição	Situação no PCA
53/2025	Previsão da contratação	Incluída no Plano de Contratações Anual

Importância do Registro no PCA

- **Transparência:** Garante o acompanhamento e a publicidade das contratações planejadas.
- **Planejamento:** Permite melhor gestão dos recursos e alinhamento com as necessidades institucionais.
- **Conformidade:** Atende às exigências legais e normativas para contratações públicas.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, III, Lei 14.133/2021).

A necessidade identificada corresponde à obtenção de certificado digital e-CPF A3, padrão ICP-Brasil, para garantir a continuidade, legalidade e segurança nas operações eletrônicas institucionais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. A seguir, são detalhados os requisitos necessários para assegurar o pleno atendimento da demanda, as normas aplicáveis e as práticas de sustentabilidade a serem consideradas.

Requisitos essenciais para atendimento da demanda

- **Compatibilidade:** O certificado digital e-CPF deve ser emitido conforme o padrão nacional da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), garantindo interoperabilidade com sistemas governamentais e adesão aos critérios técnicos oficiais.
- **Tipo do Certificado:** O certificado deverá obrigatoriamente ser da categoria e-CPF, destinado à identificação eletrônica de pessoa física vinculada à instituição demandante.
- **Nível de Segurança:** O certificado deve ser do tipo A3, que exige armazenamento seguro (token, cartão inteligente ou dispositivo compatível), garantindo elevado nível de proteção criptográfica das chaves e dados sensíveis.
- **Validade mínima:** O certificado digital deverá ter validade de três anos, conforme o contexto apresentado, para assegurar a continuidade e eficiência das atividades institucionais.
- **Validade Jurídica:** O certificado deve possuir reconhecimento e validade jurídica nos atos eletrônicos e na assinatura de documentos perante órgãos públicos, em conformidade com regulamentações vigentes.
- **Conformidade Normativa:** Deve atender plenamente aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos pela ICP-Brasil e pelos órgãos normativos competentes.
- **Suporte a Sistemas Oficiais:** Deve possibilitar o acesso e a operação em sistemas oficiais eletrônicos, especialmente plataformas de compras governamentais e portais de licitação eletrônica.
- **Proteção e Autenticidade:** Deve garantir a identificação segura do usuário, a integridade, autenticidade e inviolabilidade das assinaturas digitais realizadas com o certificado.
- **Usabilidade:** O certificado deve ser acessível e funcional em ambientes computacionais comuns na administração pública, incluindo compatibilidade com browsers e sistemas operacionais usuais.
- **Privacidade e Proteção de Dados:** Deve assegurar a privacidade dos dados do titular do certificado digital, observando as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Exame dos normativos aplicáveis

Norma	Descrição
Lei nº 14.133/2021	Dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação para administração pública; exige segurança e transparência em processos licitatórios eletrônicos.
MP nº 2.200-2/2001	Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, regulamentando a emissão de certificados digitais e sua validade jurídica.
Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil	Normatizam requisitos técnicos específicos para emissão, revogação, utilização, armazenamento e gerenciamento de certificados digitais no padrão ICP-Brasil, inclusive sobre certificados tipo A3.

Norma	Descrição
Lei nº 13.709/2018 (LGPD)	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, aplicando-se à manipulação de dados de titulares vinculados ao certificado digital.
Decreto nº 10.540/2020	Estabelece regras sobre a governança, gestão e proteção da informação no âmbito da administração pública federal, pertinente à segurança digital.

Práticas de sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e econômica

- **Ambiental:** Preferência por soluções digitais visando minimizar o uso de papel e recursos físicos, bem como o incentivo ao descarte correto e à reciclagem de dispositivos criptográficos ao final de seu ciclo de vida.
- **Social:** Promoção de inclusão digital, com a capacitação de usuários finais para o uso seguro do certificado digital e compliance com políticas de acessibilidade tecnológica.
- **Econômica:** Seleção de soluções que proporcionem melhor relação custo-benefício durante o período de validade do certificado, promovendo eficiência nos gastos públicos e evitando a necessidade de renovações recorrentes desnecessárias.

Resumo dos requisitos essenciais

Requisito	Descrição
Tipo e padrão	Certificado digital e-CPF A3, padrão ICP-Brasil
Validade	Três anos
Reconhecimento jurídico	Validade plena nos atos e sistemas oficiais
Compatibilidade	Operação em sistemas governamentais eletrônicos
Segurança	Armazenamento seguro (token, cartão ou dispositivo compatível); privacidade conforme LGPD
Sustentabilidade	Minimização de impactos ambientais; promoção da inclusão digital; eficiência econômica

Todos os requisitos acima devem ser observados para garantir o atendimento eficiente, seguro e regular das necessidades institucionais associadas ao uso do certificado digital e à continuidade dos serviços públicos, sempre respeitando a legislação vigente e as melhores práticas de sustentabilidade.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (Art. 18, § 1º, IV, Lei 14.133/2021)

Apresentamos a seguir os valores detalhados dos três orçamentos obtidos na pesquisa de preços para aquisição do certificado digital e-CPF A3, com validade de três anos. O objetivo é facilitar a visualização e compreensão dos itens orçados, bem como garantir transparência e permitir análise comparativa entre as propostas.

Valores Detalhados dos Orçamentos

- **Produto:** Certificado digital e-CPF A3 (validade de três anos)
- **Quantidade:** 1 unidade
- **Unidade de Medida:** Unidade

Tabela Comparativa dos Orçamentos

Fornecedor	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
LIDER CERTIFICADOS DIGITAIS LTDA 22.853.302/0001-45 Identificação: Dispensa 04214401000103-1-000421/2025	1,00	Unid.	R\$ 229,00	R\$ 229,00
CERTIPE SERVICOS EM INFORMATICA LTDA 22.677.427/0001-61 Identificação: Dispensa 10565000000192-1-001262/2025	1,00	Unid.	R\$ 250,00	R\$ 250,00
RC LICITACOES LTDA 40.056.647/0001-50 Identificação: Dispensa 05606625	1,00	Unid.	R\$ 255,50	R\$ 249,89
Média				R\$ 242,96

Todos os valores dos orçamentos coletados estão explicitados individualmente, permitindo total transparência na composição do valor total apresentado e facilitando a análise comparativa entre as propostas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (Art. 18, § 1º, V, Lei 14.133/2021)

a - Aquisição de Certificado Digital e-CPF A3 em Token criptográfico (padrão ICP-Brasil), validade de 3 anos

Essa alternativa consiste na contratação de pessoa jurídica credenciada na ICP-Brasil para a emissão do certificado digital e-CPF A3, sendo o certificado armazenado em token criptográfico (dispositivo físico compatível com qualquer computador USB). O modelo de token oferece portabilidade, maior segurança no armazenamento das chaves privadas, favorece o uso compartilhado conforme a permissão atribuída aos usuários e garante conformidade plena com os requisitos técnicos e normativos exigidos, inclusive normas de segurança, LGPD e validade jurídica nacional. A aquisição com validade de três anos propicia economia, reduzindo a necessidade de renovações frequentes e minimizando interrupções operacionais, além de alinhar-se às melhores práticas de sustentabilidade reduzindo consumo de papel e descartáveis digitais.

Pontos Positivos:

- Alta segurança no armazenamento das chaves privadas no token criptográfico
- Portabilidade e facilidade de uso em diferentes computadores via USB
- Validade jurídica nacional e conformidade com requisitos técnicos e normativos, inclusive LGPD
- Redução de custos e de interrupções operacionais devido à validade de 3 anos
- Contribuição para práticas de sustentabilidade ao diminuir consumo de papel e descartáveis digitais

Pontos Negativos:

- Custo inicial mais elevado em relação a certificados de menor validade
- Necessidade de gerenciamento físico e risco de perda ou dano do token
- Dependência de dispositivos USB e possível incompatibilidade com equipamentos antigos
- Processo de emissão e eventual suporte pode demandar tempo e deslocamento presencial
- Restrições no compartilhamento do token, exigindo controle rigoroso de permissões

b - Aquisição de Certificado Digital e-CPF A3 armazenado em Cartão Inteligente (Smart Card), padrão ICP-Brasil, validade de 3 anos

Nessa alternativa, o e-CPF A3 é emitido em cartão inteligente, acompanhado de leitora compatível. Essa modalidade assegura elevado grau de segurança, pois a chave privada não sai do cartão durante as operações de assinatura. O smart card é compatível com a maioria dos sistemas oficiais e atende plenamente a ICP-Brasil, LGPD e demais exigências normativas. Contudo, exige infraestrutura específica (leitores) em todos os pontos de uso, o que pode aumentar custos operacionais e limitar a portabilidade, principalmente em situações que demandem mobilidade ou acesso remoto.

Pontos Positivos:

- Elevado grau de segurança na proteção da chave privada
- Atendimento pleno à ICP-Brasil, LGPD e demais exigências normativas
- Compatibilidade com a maioria dos sistemas oficiais
- Redução de riscos de fraude digital com assinatura protegida
- Validade de 3 anos, proporcionando maior durabilidade

Pontos Negativos:

- Necessidade de infraestrutura específica com leitores de smart card
- Aumento dos custos operacionais devido à aquisição de leitores

- Limitação de portabilidade para situações que exijam mobilidade
- Dificuldade de uso em acesso remoto ou ambientes sem leitor
- Possibilidade de perda ou dano físico do cartão inteligente

c - Aquisição de Certificado Digital e-CPF A3 do tipo em Nuvem (Cloud), padrão ICP-Brasil, validade de 3 anos

Esta opção refere-se à contratação de certificado digital e-CPF A3 gerenciado em nuvem, onde o armazenamento da chave privada e as operações de assinatura digital são realizados em servidores certificados ICP-Brasil, acessíveis via autenticação multifator. A solução elimina a necessidade de tokens ou cartões físicos, garantindo alta disponibilidade, praticidade no uso móvel e centralização do gerenciamento. No entanto, apesar de atender plenamente às normas ICP-Brasil e à LGPD, implica em dependência de acesso à internet, custos recorrentes de serviço e eventuais limitações quanto à compatibilidade com alguns sistemas governamentais mais antigos. É alternativa moderna e sustentável, mas pode apresentar restrições operacionais e jurídicas dependendo de restrições normativas locais.

Pontos Positivos:

- Elimina a necessidade de tokens ou cartões físicos
- Garante alta disponibilidade e praticidade para uso móvel
- Centralização do gerenciamento dos certificados
- Atende plenamente às normas ICP-Brasil e à LGPD
- Solução moderna e sustentável

Pontos Negativos:

- Dependência de acesso à internet para utilização
- Custos recorrentes de serviço
- Possíveis limitações de compatibilidade com sistemas governamentais antigos
- Eventuais restrições normativas locais
- Risco potencial em caso de indisponibilidade do serviço em nuvem

Alternativa Escolhida

Aquisição de Certificado Digital e-CPF A3 em Token criptográfico (padrão ICP-Brasil), validade de 3 anos

Justificativa

A opção pelo certificado digital e-CPF A3 em token criptográfico apresenta o melhor equilíbrio entre segurança, portabilidade, compatibilidade com diferentes ambientes operacionais e atendimento aos requisitos normativos nacionais. O uso do token criptográfico elimina a necessidade de infraestrutura extra como leitores (caso do smart card), reduz riscos inerentes à perda de mobilidade e obstáculos de uso remoto, e mantém o controle físico do certificado com o usuário. Adicionalmente, essa modalidade facilita o descarte sustentável ao fim do ciclo de uso e já é amplamente aceita em todos os sistemas oficiais de compras e licitações eletrônicas. Garante melhor relação custo-benefício na modalidade de validade de três anos, reduzindo custos de renovação e mitigando riscos de descontinuidade operacional. Por fim, atende plenamente à legislação, aos requisitos técnicos e às práticas de sustentabilidade estabelecidas para o setor público.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (Art. 18, § 1º, VI, Lei 14.133/2021)

O valor médio estimado para a contratação, conforme disposto no item 4 deste ETP, é de **R\$ 242,96**. Este valor foi obtido a partir da análise detalhada dos orçamentos coletados, garantindo transparência e fundamentação na composição do preço.

Detalhamento dos Orçamentos Coletados

Todos os valores dos orçamentos coletados estão apresentados individualmente, proporcionando total transparência na formação do valor total e facilitando a análise comparativa entre as propostas recebidas.

Fornecedor	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
LIDER CERTIFICADOS DIGITAIS LTDA 22.853.302/0001-45 Identificação: Dispensa 04214401000103-1-000421/2025	1,00	Unid.	R\$ 229,00	R\$ 229,00
CERTIPE SERVICOS EM INFORMATICA LTDA 22.677.427/0001-61 Identificação: Dispensa 10565000000192-1-001262/2025	1,00	Unid.	R\$ 250,00	R\$ 250,00
RC LICITACOES LTDA 40.056.647/0001-50 Identificação: Dispensa 05606625	1,00	Unid.	R\$ 255,50	R\$ 249,89
Média				R\$ 242,96

Essa apresentação detalhada permite uma avaliação criteriosa das propostas, assegurando a escolha mais vantajosa para a Administração Pública.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (Art. 18, § 1º, VII, Lei 14.133/2021)

A solução escolhida para atender à demanda de renovação do certificado digital institucional consiste na aquisição de Certificado Digital e-CPF A3 armazenado em token criptográfico, emitido conforme o padrão ICP-Brasil e com validade de três anos. Essa escolha foi fundamentada pela sua capacidade de assegurar, de forma eficiente, segura e economicamente sustentável, todos os requisitos essenciais relacionados à identificação eletrônica de pessoas físicas

vinculadas à instituição, à assinatura digital de documentos com validade jurídica, ao acesso protegido a sistemas oficiais e à conformidade normativa vigente.

Descrição Detalhada da Solução Escolhida

- **Produto:** Certificado Digital e-CPF A3 em Token Criptográfico (padrão ICP-Brasil)
- **Validade:** 3 anos
- **Armazenamento:** Token criptográfico USB, que proporciona portabilidade e elevada segurança física e lógica das chaves privadas
- **Reconhecimento Jurídico:** Plena validade legal para atos eletrônicos e assinaturas nos sistemas governamentais brasileiros
- **Conformidade:** Atende integralmente as normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), MP nº 2.200-2/2001, Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil, LGPD e demais legislações pertinentes
- **Compatibilidade:** Suporte universal nos sistemas e plataformas eletrônicas oficiais, incluindo portais de compras e licitação pública
- **Sustentabilidade:** Reduz o consumo de papel e descartáveis digitais, além de facilitar o descarte sustentável do token ao término do ciclo de vida

Atendimento às Necessidades Identificadas

- **Continuidade das Atividades Institucionais:** O certificado digital em token garante renovação imediata do acesso aos sistemas governamentais, eliminando barreiras e evitando interrupções nas rotinas institucionais, especialmente na atuação da Comissão Permanente de Licitação.
- **Identificação Eletrônica Segura:** A solução assegura que apenas usuários autorizados, devidamente identificados, possam atuar em nome da instituição, cumprindo requisitos de autenticidade, integridade e inviolabilidade das operações digitais.
- **Assinatura Digital com Validade Jurídica:** O token oferece um meio seguro para a assinatura eletrônica de documentos, com total validade legal, atendendo as exigências normativas e promovendo segurança jurídica nos procedimentos oficiais.
- **Acesso a Sistemas e Serviços Oficiais:** Compatível com todos os principais sistemas de compras e licitação eletrônica, a solução viabiliza pleno funcionamento das plataformas essenciais à administração pública.
- **Conformidade Legal e de Segurança:** O padrão ICP-Brasil, juntamente com a proteção física do token, proporciona adequação total às exigências da LGPD, Decreto nº 10.540/2020 e normativos específicos de segurança da informação.

Comparativo das Alternativas Avaliadas

Alternativa	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Token Criptográfico (Escolhida)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada segurança das chaves privadas • Portabilidade entre diferentes computadores • Compatibilidade ampla 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo inicial superior a opções com menor validade • Gerenciamento do dispositivo físico (risco de perda ou dano)

	<ul style="list-style-type: none"> • Validade de 3 anos, alinhada à eficiência econômica • Redução do uso de papel e resíduos digitais 	
Smart Card (Cartão Inteligente)	<ul style="list-style-type: none"> • Alta segurança • Atende normas ICP-Brasil e LGPD 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de leitores específicos • Baixa portabilidade e usabilidade
Certificado em Nuvem	<ul style="list-style-type: none"> • Elimina o uso de dispositivos físicos • Praticidade para mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência de internet • Possível incompatibilidade com sistemas antigos • Eventuais restrições normativas locais

Como a Solução Escolhida Atende Melhor às Necessidades

- **Eficiência e Efetividade:** A escolha do certificado em token criptográfico alia agilidade na emissão, facilidade de uso e portabilidade, além de diminuir custos operacionais com renovações e suporte.
- **Segurança Aprimorada:** O armazenamento da chave privada em token USB reforça a proteção lógica e física das credenciais, reduzindo riscos de acesso não autorizado e fraudes, fundamental para a legalidade dos processos institucionais.
- **Legalidade e Regularidade:** Atende de forma integral todas as normas aplicáveis, incluindo a legislação de licitações (Lei nº 14.133/2021), a ICP-Brasil e as exigências da LGPD, promovendo segurança jurídica e transparência nos atos administrativos.
- **Sustentabilidade:** A utilização de solução digital elimina a dependência de documentos impressos, viabiliza o uso responsável dos dispositivos e incentiva o descarte ambientalmente adequado.
- **Facilidade de Implantação:** Não exige instalações complementares além de computadores com porta USB, simplificando o uso institucional e facilitando o treinamento dos usuários.

Síntese dos Requisitos Atendidos

Requisito	Como a Solução Atende
Segurança	Criptografia avançada e armazenamento protegido em token físico
Validade Jurídica	Reconhecimento da ICP-Brasil em todo território nacional e plena conformidade normativa
Compatibilidade	Ampla aceitação nos sistemas eletrônicos públicos e governamentais
Sustentabilidade	Minimização de insumos físicos, promotora de descarte sustentável

Privacidade e Proteção de Dados	Atende plenamente aos requisitos da LGPD
---------------------------------	--

Conclusão

A aquisição do Certificado Digital e-CPF A3 em token criptográfico é a solução que melhor responde às necessidades identificadas, pois combina segurança, conformidade normativa, economia, sustentabilidade e facilidade de uso, garantindo a continuidade e a regularidade das operações institucionais. Ao atender de maneira plena aos requisitos técnicos, legais e operacionais, reforça o compromisso institucional com a legalidade, a segurança da informação e a eficiência dos serviços prestados à sociedade.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, VIII, Lei 14.133/2021)

Após análise detalhada do objeto da contratação, qual seja, a aquisição de certificado digital e-CPF A3 em token criptográfico, padrão ICP-Brasil, com validade de três anos, é necessário avaliar se existe viabilidade técnica, normativa e de mercado para o parcelamento da contratação, conforme previsto no inciso VIII do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 e inciso IV do artigo 7º da Instrução Normativa nº 40/2020.

Análise da Possibilidade de Parcelamento do Objeto

O parcelamento da contratação é uma diretriz da legislação de compras públicas com o objetivo de ampliar a competitividade, assegurar o melhor aproveitamento dos recursos públicos, viabilizar a participação de micro e pequenas empresas e garantir a adequada satisfação do interesse público. Tal prática é recomendada quando o objeto é divisível, ou seja, quando pode ser segmentado em itens, lotes ou grupos que possam ser adquiridos separadamente, sem perder a sua funcionalidade ou comprometer a eficiência operacional.

Análise das Características Técnicas e de Comercialização

Aspecto	Descrição
Produto	Certificado digital e-CPF A3 em token criptográfico, padrão ICP-Brasil, validade de 3 anos
Unidade de fornecimento	Individual, para cada usuário/pessoa física vinculada
Divisibilidade do objeto	É tecnicamente possível adquirir certificados individualmente, porém, para o atendimento desta demanda específica, a quantidade, a destinação e a padronização requerida indicam natureza unitária do objeto
Peculiaridade de comercialização	Normalmente comercializado por item (por certificado), sendo possível a aquisição unificada ou parcelada conforme o número de usuários/matrículas a serem contemplados

Justificativa Técnica e Administrativa Quanto ao Parcelamento

a. Divisibilidade do Objeto:

- O certificado digital e-CPF A3, conforme suas características técnicas e de comercialização no mercado, é um produto cuja unidade de fornecimento é o próprio certificado, sendo vinculado a uma pessoa física determinada.
- Do ponto de vista técnico, caso a demanda institucional envolvesse múltiplos usuários (ex: diversos servidores necessitando de certificados digitais simultaneamente), o objeto poderia ser considerado divisível e, portanto, seria possível a aquisição fracionada – por item ou por grupo de usuários.
- Contudo, a presente demanda refere-se à renovação de um certificado digital associado a um usuário/instituição específicos. Não há menção, nesta situação, de múltiplos usuários ou de variação de tipos de certificados, ou seja, a necessidade identificada é unitária e homogênea.

b. Riscos e Eficiência:

- O parcelamento em situações em que haja apenas um item pode gerar aumento de custos administrativos, perda de economia de escala ou atrasos no atendimento da necessidade institucional.
- Dada a natureza homogênea e indivisível do objeto, o fracionamento não traria ganhos operacionais, pois não há diversidade de itens, modelos ou grupos passíveis de separação, nem seria viável definir lotes distintos.

c. Atendimento ao Interesse Público:

- O atendimento ao princípio da eficiência, continuidade e regularidade do serviço público recomenda a contratação global do objeto, garantindo o fornecimento ininterrupto do certificado digital essencial à operação dos sistemas institucionais.
- O parcelamento só seria cabível se houvesse previsão de aquisição para diferentes unidades, perfis de certificado, tipos de uso ou número significativo de titulares, o que não é o caso na presente demanda.

Conclusão e Forma de Contratação

Considerando as necessidades apresentadas, as características técnicas do objeto e a padronização da solução escolhida, **não é possível realizar o parcelamento da contratação neste caso específico**. O objeto é indivisível, pois consiste na obtenção de certificado digital unitário, ajustado a um usuário/instituição, sem variação de modelos ou possibilidade de separação em itens/lotes.

Assim, **a contratação deve ser realizada de forma global**, abrangendo a aquisição de um único certificado digital e-CPF A3 em token criptográfico conforme as especificações determinadas.

Situação	Possibilidade de Parcelamento	Justificativa	Forma de Contratação Recomendada
Renovação de um único certificado digital (demanda individual e homogênea)	Não	O objeto é indivisível, sem itens ou grupos distintos. Não há ganhos de eficiência, redução de custos ou ampliação de competitividade com o	Global (objeto único)

		fracionamento. Atende plenamente à Lei 14.133/2021 e à IN 40/2020.	
--	--	--	--

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (Art. 18, § 1º, IX, Lei 14.133/2021)

A contratação do Certificado Digital e-CPF A3 em token criptográfico, conforme o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e seguindo o disposto na Lei nº 14.133/2021, tem como foco garantir a regularidade, continuidade e a modernização das atividades institucionais, especialmente as relacionadas a procedimentos licitatórios eletrônicos. Os resultados pretendidos estão delineados para impactar positivamente a administração pública, criando bases sólidas para a definição de indicadores de desempenho, qualidade e eficiência, e abrangendo aspectos de economicidade, eficiência operacional e sustentabilidade.

Resultados Pretendidos da Contratação

- **Continuidade e segurança das operações institucionais:** Assegurar que acessos, assinaturas e tramitações digitais em portais oficiais não sofram descontinuidade e sejam realizados com autenticidade, integridade e validade jurídica, mesmo após o vencimento do certificado anterior.
- **Eficiência operacional:** Viabilizar rotinas institucionais ágeis no âmbito digital, reduzindo prazos, simplificando procedimentos e promovendo confiabilidade nas ações realizadas.
- **Adesão integral à legislação e normativos:** Garantir total conformidade com as exigências legais da Lei nº 14.133/2021, normas ICP-Brasil, LGPD e outros regulamentos correlatos de segurança da informação e gestão digital.
- **Melhoria na transparência e rastreabilidade:** Favorecer o controle e a supervisão dos atos administrativos digitais, fortalecendo a transparência dos processos licitatórios e do acesso a informações públicas.
- **Economia e racionalização dos recursos públicos:** Minimizar custos com renovações frequentes, suprimentos físicos (papel, suprimentos de impressão) e infraestrutura, contribuindo para o uso eficiente dos recursos financeiros.
- **Sustentabilidade ambiental:** Reduzir a utilização de papel e insumos físicos, incentivando práticas responsáveis no descarte dos tokens e promovendo o uso de soluções tecnológicas ambientalmente adequadas.
- **Segurança aprimorada:** Elevar padrão de proteção das chaves privadas e dos dados, minimizando riscos de fraude, acesso indevido e vazamento de informações institucionais.
- **Inclusão e acessibilidade digital:** Garantir facilidade de utilização e acesso por parte dos usuários, bem como a capacitação para o completo aproveitamento da solução, promovendo inclusão digital e acessibilidade.

Tabela Resumo dos Resultados Pretendidos

Dimensão	Resultado Esperado	Contribuição Para o Interesse Público
----------	--------------------	---------------------------------------

Economicidade	Redução de custos operacionais e de renovações frequentes, melhor relação custo-benefício com validade de três anos, diminuição do uso de papéis e insumos físicos.	Otimiza gastos públicos, libera recursos para outras demandas essenciais e garante economicidade nas contratações.
Eficiência	Acesso imediato e seguro a plataformas governamentais, agilidade nas rotinas administrativas, redução de tempos e etapas nos fluxos internos com eliminação de burocracias desnecessárias.	Aprimora a gestão pública, permite maior produtividade e reduz o risco de atrasos ou discontinuidades operacionais.
Sustentabilidade	Promoção de práticas digitais sustentáveis, minimização de resíduos, incentivo ao descarte ambientalmente responsável e redução do impacto ambiental direto.	Responde às metas de sustentabilidade, diminui a pegada ambiental da instituição e contribui para políticas públicas responsáveis.
Legalidade e Conformidade	Atendimento pleno à legislação (Lei nº 14.133/2021, MP 2.200-2/2001, LGPD) e normas técnicas.	Garante segurança jurídica das operações, previne litígios e assegura o reconhecimento formal dos atos institucionais.
Transparência	Rastreabilidade e confiabilidade nos registros e trâmites licitatórios e administrativos eletrônicos.	Aumenta o controle social, combate fraudes e fortalece a confiança da sociedade nas ações do órgão.
Segurança da Informação	Proteção avançada dos dados sensíveis e das assinaturas digitais, reduzindo vulnerabilidades.	Preserva o patrimônio informacional, impede acessos não autorizados e reforça a credibilidade institucional.
Modernização e Inclusão Digital	Facilita uso, proporciona treinamentos e integra práticas modernas à rotina dos servidores.	Moderniza a administração pública e favorece o acesso democrático às inovações tecnológicas.

Exemplos de Indicadores Derivados dos Resultados Pretendidos

- **Taxa de renovações e incidentes:** Quantidade de incidentes e interrupções relacionados à certificação digital após renovação.
- **Tempo médio para assinatura digital:** Duração entre demanda de assinatura e efetiva conclusão, comparando cenários anterior e posterior à implantação.
- **Redução do consumo de papel:** Percentual de diminuição no uso de insumos físicos em processos licitatórios e administrativos.

- **Percentual de conformidade com normas:** Atos eletrônicos realizados integralmente em conformidade com ICP-Brasil, LGPD e Lei nº 14.133/2021.
- **Satisfação dos usuários:** Grau de satisfação dos servidores quanto à facilidade de uso, portabilidade e eficiência operacional do certificado digital em token.

Síntese dos Benefícios Esperados

- Manutenção contínua das operações digitais institucionais, mesmo após o vencimento do certificado anterior.
- Redução de custos e maior eficiência na destinação de recursos públicos.
- Elevação do padrão de segurança, conformidade legal e transparência institucional.
- Menor impacto ambiental das atividades administrativas.
- Promoção da modernização, da acessibilidade e da inclusão digital no setor público.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (Art. 18, § 1º, X, Lei 14.133/2021)

Antes da formalização do contrato para aquisição do Certificado Digital e-CPF A3 em token criptográfico, é fundamental que a Administração tome uma série de providências a fim de garantir a correta e eficiente execução contratual. Essas providências visam mitigar riscos, adequar a infraestrutura e preparar os recursos humanos para a utilização plena da solução, assegurando conformidade legal, operacional e a continuidade das operações institucionais digitais. Veja a seguir as principais ações e etapas recomendadas:

Providências Administrativas e Técnicas Prévias

- **Revisão dos Requisitos:** Conferir e validar detalhadamente todos os requisitos técnicos, normativos e operacionais definidos no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos preparatórios, para assegurar que a futura contratação estará adequada às necessidades institucionais.
- **Planejamento Orçamentário:** Garantir a alocação dos recursos financeiros necessários à despesa no orçamento vigente, incluindo previsão de possíveis custos indiretos, como deslocamento para emissão presencial ou eventual aquisição de dispositivos auxiliares.
- **Designação de Responsáveis:** Indicar formalmente servidores responsáveis pelo acompanhamento do processo de contratação, fiscalização contratual, recebimento do certificado e respectivo token, e pelo gerenciamento posterior dos dispositivos.
- **Avaliação de Infraestrutura:** Certificar-se de que todos os computadores a serem utilizados dispõem de portas USB funcionais e atualizadas, compatíveis com o token criptográfico a ser fornecido, prevenindo eventuais incompatibilidades físicas ou de sistema operacional.
- **Verificação dos Sistemas:** Realizar testes prévios de compatibilidade dos ambientes operacionais dos usuários (incluindo navegadores e sistemas operacionais) com tokens criptográficos do padrão ICP-Brasil, ajustando configurações quando necessário.
- **Atualização de Softwares:** Garantir que drivers, softwares de certificação e demais componentes necessários ao funcionamento do token em cada estação estejam devidamente atualizados.

- **Revisão de Procedimentos Internos:** Atualizar ou criar manuais e fluxos internos relativos ao uso, guarda e controle do certificado digital e do token, prevendo procedimentos em casos de perda, danificação, troca ou revogação do dispositivo.

Preparação e Capacitação dos Servidores

- **Capacitação:** Prever ou viabilizar treinamento dos servidores designados quanto ao uso seguro do certificado digital, instalação do token, manipulação de senhas, procedimentos de assinatura digital, boas práticas de segurança e conformidade com a LGPD.
- **Orientação sobre Segurança:** Informar aos usuários sobre a importância do armazenamento seguro do token, responsabilidade pelo uso individual e as consequências para o órgão em caso de perda ou compartilhamento indevido do dispositivo.
- **Definição de Políticas de Uso:** Elaborar e divulgar criteriosamente políticas internas de uso do certificado digital, incluindo regras de acesso, compartilhamento, atualização e procedimentos de desativação/baixa ao término do vínculo do servidor.

Gestão e Controle dos Dispositivos

- **Levantamento de Usuários:** Confirmar e documentar a relação nominal dos servidores que receberão o certificado digital, validando dados pessoais e documentação exigida pela ICP-Brasil para o processo de emissão e titularidade dos e-CPFs.
- **Organização da Documentação:** Preparar e conferir toda documentação necessária para a emissão do certificado (identidade, CPF do titular, autorização institucional quando aplicável), evitando atrasos na fase de validação presencial.
- **Planejamento Logístico:** Se o processo de emissão exigir comparecimento presencial, organizar calendário, autorização e meios de deslocamento dos servidores aos postos autorizados da certificadora, minimizando impacto sobre as atividades institucionais.
- **Cadastro em Sistemas Oficiais:** Mapear sistemas que dependem do e-CPF atualizado e planejar previamente o procedimento de atualização cadastral para evitar bloqueios ou prejuízo às rotinas em transição entre o vencimento do antigo e a ativação do novo certificado.

Adequação Jurídica e Normativa

- **Revisão da Documentação Contratual:** Garantir que edital, termo de referência, minuta do contrato e demais instrumentos contenham cláusulas claras quanto aos requisitos de entrega, suporte, garantia, segurança, responsabilidade pelo gerenciamento de dados e política de destinação/disposál dos tokens ao final da validade.
- **Consulta ao Órgão Jurídico:** Submeter a documentação para análise da assessoria jurídica, especialmente para dirimir dúvidas quanto à validade do processo, requisitos legais e eventuais cláusulas contratuais específicas, garantindo juridicidade e legalidade.
- **Adequação à LGPD:** Certificar que os dados dos titulares dos certificados serão tratados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), exigindo política clara sobre armazenamento, uso, compartilhamento e eliminação dos dados pessoais dos servidores.

Pequenas Intervenções e Ajustes Operacionais

- **Verificação de Recursos Físicos:** Caso necessário, realizar pequenas adequações em equipamentos, como substituição de computadores antigos sem porta USB funcional ou adaptadores necessários para pleno uso do token.

- **Ajustes em Sistemas Internos:** Atualizar parametrizações, perfis de acesso e integrações com sistemas internos de administração, protocolo eletrônico ou governança digital, para incorporar o novo certificado digital como credencial válida.
- **Disponibilização de Suporte Técnico:** Garantir equipe de TI preparada para apoiar a instalação, configuração e eventuais problemas iniciais no uso do certificado digital, prevenindo a interrupção ou demora nas operações sensíveis.

Tabela Resumo: Providências Prévias à Formalização Contratual

Categoria	Providências Recomendadas
Administrativas	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão de requisitos e de documentos preparatórios • Planejamento orçamentário e registro da despesa • Designação de responsáveis pela execução/fiscalização
Técnicas/Operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação e atualização da infraestrutura computacional (USB, SO, drivers) • Testes de compatibilidade dos sistemas • Preparação de manuais e fluxos internos de controle
Capacitação e Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos servidores • Orientação sobre segurança e políticas internas • Planejamento logístico para emissão/entrega do token
Gestão e Documentação	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento de usuários e documentação exigida • Preparação para atualização cadastral em sistemas oficiais
Jurídicas e Normativas	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação jurídica do edital/contrato • Garantia de adequação à LGPD • Revisão das cláusulas contratuais sobre suporte, garantia, compliance e descarte sustentável
Operacionais/Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptação ou substituição de equipamentos se necessário • Ajustes em parametrizações e integrações de sistemas internos • Organização de apoio técnico na implantação inicial

Considerações Finais

A adoção dessas providências antes da formalização do contrato reduz riscos de atrasos, garante a plena aderência da solução adquirida às necessidades institucionais e à legislação, e prepara o órgão para transição tranquila e eficiente ao novo certificado digital. O cuidado nas etapas pré-contratuais fortalece tanto a segurança jurídica quanto a operacionalidade, preservando o interesse público e a continuidade dos serviços.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1º, XI, Lei 14.133/2021)

A presente contratação está diretamente vinculada às atividades da Comissão Permanente de Contratação, estando correlacionada com diversos processos e sistemas essenciais para a operacionalidade administrativa da Autarquia. A seguir, destacam-se as principais correlações:

1. Utilização de plataformas eletrônicas de compras públicas (exemplo: Portal de Compras Governamentais).
2. Contratações futuras que dependam da atuação da comissão de contratação, cujo pleno funcionamento requer a utilização do certificado digital para autenticações e assinaturas.

A inexistência ou atraso na contratação poderá inviabilizar a regular condução de processos licitatórios e comprometer a operacionalidade administrativa da Autarquia.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (Art. 18, § 1º, XII, Lei 14.133/2021)

A contratação de Certificado Digital e-CPF A3 em token criptográfico, embora represente um avanço significativo em termos de eficiência, segurança e sustentabilidade administrativa, pode gerar determinados impactos ambientais, sobretudo relacionados à utilização, ao descarte dos dispositivos e à cadeia de suprimentos. A identificação desses impactos, bem como a proposição de medidas mitigadoras compatíveis e eficazes, é essencial para garantir que a contratação esteja alinhada com os princípios da sustentabilidade ambiental previstos pela legislação, especialmente no contexto da administração pública. Abaixo são detalhados esses potenciais impactos ambientais e as correlatas ações de prevenção e mitigação.

Principais Impactos Ambientais Identificados

- **Geração de resíduos eletrônicos (e-waste):** Os tokens criptográficos são dispositivos eletrônicos que, ao final de sua vida útil, tornam-se resíduos que demandam descarte ambientalmente adequado.
- **Consumo de materiais e insumos na fabricação:** A produção dos tokens envolve a utilização de recursos minerais, metais, plástico e energia, gerando impactos ambientais associados à extração, processamento e logística.
- **Consumo energético indireto:** O uso dos tokens, mesmo que baixo, depende da utilização de computadores, que podem impactar o consumo de energia elétrica institucional.
- **Embalagens e transporte:** O fornecimento dos tokens envolve embalagens, transporte e distribuição, que contribuem para emissões de carbono e geração de resíduos de papel, plástico e outros materiais.
- **Possível descarte inadequado:** Caso o descarte dos tokens não siga normas ambientais, pode ocorrer depósito irregular em aterros sanitários, poluição do solo e contaminação por materiais presentes nos dispositivos eletrônicos.
- **Substituição de equipamentos antigos:** A eventual necessidade de adaptar, substituir ou descartar computadores sem compatibilidade pode gerar resíduos adicionais.

Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Impacto Ambiental	Descrição Detalhada	Medidas Mitigadoras Recomendada
<p>Geração de Resíduos Eletrônicos ao Final da Vida Útil do Token</p>	<p>O token criptográfico, ao atingir o fim do seu ciclo, torna-se um resíduo eletrônico (contendo metais, plásticos e componentes eletrônicos), que pode causar poluição do solo, lençol freático e problemas à saúde pública se descartado em locais inapropriados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar política institucional de coleta e destinação ambientalmente responsável para tokens criptográficos, incluindo o envio dos dispositivos a empresas certificadas para reciclagem de e-waste. • Firmar cláusula contratual que exija do fornecedor a responsabilidade pelo recolhimento e destinação correta dos tokens ao final do ciclo de vida (logística reversa). • Informar e orientar os usuários sobre procedimentos adequados de devolução do token vencido.
<p>Consumo de Recursos Naturais e Emissão de Carbono na Produção dos Tokens</p>	<p>A produção dos dispositivos demanda extração de metais, plástico e energia, além de gerar emissões de CO₂ desde a fabricação até o transporte.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar fornecedores que adotem critérios ambientais na produção e logística, como uso de materiais reciclados e processos de baixo impacto ambiental. • Selecionar contratos com validade mais longa (como 3 anos), minimizando o número de aquisições/descarte e, conseqüentemente, os impactos cumulativos. • Solicitar certificações ambientais dos fornecedores (ex: ISO 14001).
<p>Geração de Resíduos de Embalagem</p>	<p>Cada token é tradicionalmente entregue em embalagens individuais (plástico, papel, papelão), que se tornam resíduos sólidos adicionais, contribuindo para poluição e aumento do volume de lixo urbano.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar o fornecedor para o uso de embalagens mínimas e sustentáveis (materiais recicláveis e biodegradáveis), bem como incentivar a devolução/reutilização das embalagens quando possível. • Implementar coleta seletiva institucional, com separação e correta destinação dessas embalagens para reciclagem.

Impacto Ambiental	Descrição Detalhada	Medidas Mitigadoras Recomendada
Consumo Energético da Infraestrutura de TI	O uso de tokens implica uso permanente de computadores, cujos impactos energéticos podem ser ampliados se não houver políticas de eficiência energética.	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o uso de computadores e equipamentos de baixo consumo energético (selo Procel, Energy Star). • Adotar políticas de desligamento automático ou hibernação de equipamentos não utilizados.
Descarte de Equipamentos Obsoletos	Caso sejam identificados computadores incompatíveis com os tokens (exemplo: sem porta USB ou SO defasados), a substituição desses equipamentos pode gerar resíduos tecnológicos adicionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar triagem criteriosa e recuperar máquinas por meio de upgrades, sempre que possível, ao invés do descarte imediato. • Destinar equipamentos sem possibilidade de reaproveitamento para programas de reciclagem de e-lixo, preferencialmente com doação para inclusão digital ou entidades certificadas de reciclagem.
Poluição e danos decorrentes de transporte na logística dos tokens	O transporte dos dispositivos, principalmente em trajetos longos, contribui para emissão de poluentes atmosféricos e pegada de carbono.	<ul style="list-style-type: none"> • Optar por fornecedores que utilizem modais logísticos ambientalmente eficientes e reduzam distâncias por meio de centros regionais de distribuição.

Resumo das Ações de Prevenção e Contingência

- **Prevenção:**
 - Adoção de critérios de compras sustentáveis e exigência de logística reversa nos editais;
 - Escolha de dispositivos com vida útil prolongada e menor impacto ambiental na produção;
 - Preferência por fornecedores verdes e/ou certificados.
- **Contingência:**
 - Estabelecimento de rotinas para recolhimento e destinação ambientalmente correta dos tokens ao término da validade;
 - Engajamento com cooperativas ou empresas especializadas em reciclagem de eletroeletrônicos;
 - Treinamento dos servidores para identificação dos riscos e correta manipulação/descarte dos dispositivos e embalagens;
 - Monitoramento e avaliação periódica dos resíduos gerados, com busca de melhorias contínuas nos processos administrativos.

Considerações Finais

A contratação pretendida, embora de impacto reduzido frente à transição do processo físico para o digital, não deve desconsiderar as externalidades ambientais relacionadas à vida útil, fabricação, uso e descarte de dispositivos criptográficos. A adoção das medidas mitigadoras propostas é imprescindível para cumprir os preceitos legais de sustentabilidade, demonstrando o compromisso institucional com uma gestão pública responsável, ambientalmente consciente e orientada pelas melhores práticas de prevenção, redução e correta destinação dos resíduos tecnológicos.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (Art. 18, § 1º, XIII, Lei 14.133/2021)

Após criteriosa análise dos requisitos técnicos, das soluções disponíveis no mercado e das estimativas de custos, conclui-se que a contratação é plenamente viável. A solução identificada não apenas atende às necessidades operacionais e estratégicas, como também assegura alta disponibilidade dos serviços essenciais, promovendo eficiência e continuidade das atividades.

Principais Benefícios da Contratação

- **Atendimento integral** às demandas operacionais e estratégicas;
- **Alta disponibilidade** dos serviços essenciais;
- **Compatibilidade financeira** comprovada pela previsão orçamentária;
- **Transparência e eficiência** no processo de aquisição;
- Mitigação de riscos operacionais e financeiros.

Resumo dos Critérios de Viabilidade

Critério	Descrição
Requisitos Técnicos	Análise detalhada das necessidades e aderência das soluções ofertadas.
Soluções de Mercado	Pesquisa e comparação entre alternativas disponíveis.
Estimativa de Custos	Projeção de valores e verificação de compatibilidade orçamentária.
Benefícios Esperados	Ganho de eficiência, transparência e mitigação de riscos.

Dessa forma, a contratação proposta demonstra-se adequada e vantajosa, alinhando-se aos objetivos institucionais e garantindo a sustentabilidade das operações.

Daniel Soares de Assis
Assistente Técnico Administrativo
Agente de Contratação